

A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: NORMAS E MODELO CONCEITUAL

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

Em recente documento oficial do Conselho Internacional de Arquivos é afirmado:

Desde 1994, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) publicou quatro normas de descrição arquivística: ISAD(G) em 1994, ISAAR(CPF) em 1996, ISDF e ISDIAH em 2008. Essas normas se referem aos instrumentos de pesquisa – um dos dois elementos-chave de acesso aos arquivos – e transformaram a prática da descrição. (COMITÉ DE BOAS PRÁTICAS E NORMAS, 2012, p. 166)

A ideia que se deseja aqui sublinhar é a da transformação da prática da descrição e como isso repercutiu no processo de recuperação da informação e de acesso aos documentos. O processo de descrição arquivística sofreu uma série de mudanças, das quais as mais importantes foram a utilização de padrões ou normas de descrição, tanto internacionais quanto nacionais, a construção de bases de dados gerais, que permitem a pesquisa tanto em termos de um fundo/coleção, no acervo total de uma dada entidade custodiadora (um arquivo) ou mesmo em várias entidades custodidoras (vários arquivos), a assunção teórica de que a descrição arquivística pode ir além da tradicional descrição de documentos, incluindo aquela de entidades coletivas, pessoas e famílias e mesmo funções que integram o contexto da produção e acumulação dos documentos¹ e atualmente, a criação de um modelo conceitual da descrição de documentos realizada nos arquivos.

Os arquivos sempre descreveram documentos por duas razões básicas, extrema e intrinsecamente interligadas. A primeira é o fato dos arquivos guardarem os documentos com uma perspectiva de seu uso futuro, seja por seu caráter probatório ou informativo. Nesse sentido, independentemente do fato de qual será e por quem se dará esse uso – se durante muito tempo o uso e o acesso só se dava por uma parcela muito restrita da sociedade, aquela ligada ao aparato do Estado, ou se mais tarde, principalmente a partir da Revolução Francesa, esse contingente de pessoas incluirá paulatinamente, maior parcela da sociedade –, essa situação obrigou quem detinha a guarda de acervo arquivístico a saber o que tinha, a fim de poder entregar, se requisitados, os documentos pertinentes.²

A outra razão, ligada à primeira, mas direcionada não a um público externo, mas ao interno, o dos profissionais do arquivo, é a necessidade destes possuírem o controle do que lhes foi confiado para guarda. Para isso, sempre se necessitou descrever o que se possuía, dispor de um conjunto de dados sobre os documentos que, por razão de ofício, os

¹ Outras mudanças estão em processo de experimentação e análise, como por exemplo, a participação de usuários na descrição de documentos e a recuperação automática de dados, a partir de metadados de documentos nato-digitais, para elaboração de suas descrições. Sobre esses casos, ver YEO (2013) e COOK (2007).

² A descrição não é a única atividade nesse sentido, a classificação e o controle da guarda física são exemplos de outras atividades com o mesmo objetivo.

arquivistas haviam recebido. Saber o que se possui é condição básica para responder às demandas, às cobranças, mas também para se manter o que se recebeu, evitando-se que perdas ocorram inadvertidamente.

As listas iniciais, presentes já na Antiguidade,³ vão se manter por muito tempo como o instrumento básico de descrição dos documentos, mesmo que ao longo do tempo recebam outros nomes, como relação, inventário etc. Durante a maior parte da história dos arquivos, o fato dos acervos serem de pequenas dimensões⁴ e serem usados por muito menos pessoas, aquelas diretamente ligadas ao funcionamento da organização, favoreceu a manutenção dessa situação.

A mudança se deu pelo surgimento da figura da instituição arquivística, que continuando a guardar e dar acesso a documentos, será uma entidade diferente do que era antes denominado arquivo, uma vez que terá como função a guarda de acervo produzido por diversas organizações. Essa instituição arquivística surge a partir do estabelecimento dos *Archives nationales* da França, quando da Revolução Francesa, inaugurando um modelo até hoje reproduzido em termos de arquivos públicos, o qual também inspirará entidades privadas que começarão a reunir arquivos privados com base em características comuns (assunto, ligação com um local, evento, período etc.).

Da necessidade de lidar com o fato de que essas novas instituições agrupam documentos produzidos por diferentes entidades e da assunção que para seu tratamento e manutenção da autenticidade dos documentos é necessário preservar o contexto em que eles foram produzidos, será elaborado o conceito de fundo e a base de toda a Arquivologia contemporânea, o Princípio do Respeito aos Fundos (ou Princípio da Proveniência).⁵ Tal princípio determinará que cada conjunto seja encarado individualmente, não se misturando os documentos de um conjunto com os de outro e realizando-se a organização e a descrição a partir dessas unidades.

A Revolução Francesa vai também formalizar a existência de um público usuário dos arquivos que até então não existia, ao considerar, pela lei de 7 Messidor, art. 37º, que todo o cidadão tinha o direito de ter acesso a qualquer documento custodiado. Embora a própria quantidade de analfabetos reduzisse em muito esse potencial público e que esse direito visasse principalmente dar condições da burguesia que comprara propriedades leiloadas pelo Estado as pudessem de fato gerir, o fato é que, a partir de então, o acesso aos documentos, antes restrito aos proprietários do acervo ou àqueles a quem lhes fora concedido o privilégio de manuseá-los, passa a ser direito de todos.

Essas alterações – a existência de instituições arquivísticas, a criação do conceito de fundo e a ampliação do público a ter acesso a seus acervos – provocam a necessidade de mudanças na forma e divulgação de instrumentos de pesquisa, iniciando um processo até hoje em curso. Passa a ser necessário um instrumento geral, o guia, que reúne informações

³ SILVA (1998, p. 48) afirma que “[...] após a conquista da cidade de Mari, pelos babilônios, o rei Hammourabi mandou inventariar o arquivo do Palácio e terá levado consigo a totalidade da correspondência internacional, para depois a suar como instrumentos do seu próprio jogo diplomático”.

⁴ Geralmente, os arquivos funcionavam como parcela da estrutura administrativa de uma única organização, guardando o que ela produzia, o que, em termos de volume, era muito menor do que se realiza hoje.

⁵ Há indicações de que antes da França, em alguns países europeus (Dinamarca, Espanha, Holanda e Itália) já se aplicava efetivamente o Princípio da Proveniência. No entanto, é inegável que sua formulação atual e sua difusão têm como origem a circular do Ministério do Interior francês de 24/4/1841, inspirada a pelo arquivista e historiador Natalis de Wally, que trabalhava nesse órgão. Cf. SILVA, *op. cit.*, p. 107.

gerais sobre todo o acervo custodiado,⁶ bem como seguem sendo elaborados inventários, voltados para cada conjunto, ainda que sejam também produzidos instrumentos que podem ultrapassar, a partir de critérios subjetivos, essa limitação de um único fundo, como catálogos ou repertórios relativos a um tema, gênero ou espécie documental.⁷ Além disso, a publicação desses instrumentos passa a ser vista como importante para garantir o acesso aos documentos de uma maneira ampla, tanto em termos sociais quanto geográficos.

Em termos de informação, os inventários, instrumentos de pesquisa mais tradicionais na área dos arquivos, sempre foram elaborados a partir daqueles dados considerados básicos para a identificação dos documentos e sua possível escolha para acesso pelos usuários, a saber, notação, espécie/tipo documental, emissor e destinatário, assunto, data e dimensão, elementos de descrição muito próximos daqueles da descrição bibliográfica. No entanto, a estruturação dessas informações, a maneira como eram fornecidas, tanto em termos do conteúdo informativo registrado até a forma gráfica em que eram apresentadas graficamente, variou muito.

Com base na visão de que cada conjunto documental era único, visava-se elaborar instrumentos de pesquisa também únicos, que pretendiam valorizar e evidenciar o caráter singular do conjunto descrito em uma descrição que lhe era específica. Mesmo que o tipo das informações fosse o mesmo, a maneira de apresentá-las e o próprio conteúdo era diverso. Ao contrário dos catálogos das bibliotecas, os instrumentos de pesquisa dos arquivos eram diferentes não só de instituição para instituição, mas até mesmo dentro de um mesmo arquivo, ainda que, em alguns casos, esses instrumentos fossem obra de um mesmo autor.

Para um fundo, poderiam ter sido elaborados verbetes, em formato de texto, enquanto em outro caso, se pudesse preferir apresentá-los em uma tabela; num caso, se invertiam os nomes de pessoas, a partir das regras bibliográficas, no outro, se dava a entrada direta; podia-se expressar datas apenas em algarismos, ou nominar os meses; contava-se documentos ou se informava o número de páginas ou folhas; um instrumento dispunha de índices (onomástico, toponímico ou de assuntos) e outro não os possuía. Para cada problema, o arquivista encarregado da descrição tinha de decidir como resolvê-lo e, esperava-se, ser coerente com essa decisão ao longo de seu trabalho.

Com exceção de um ou outro assunto, por interesse de uma instituição, de um profissional ou da proximidade da realização de uma efeméride, não se dispunha de nada que congregasse informações sobre documentos de diferentes conjuntos. Até muito recentemente, uma pesquisa mais extensa obrigava a ajuda de um arquivista de referência⁸ e o manuseio de inúmeros instrumentos, cada um com sua forma diversa de estruturação, exigindo que usuário estivesse muito atento e, a cada instrumento, aprendesse como lidar com ele. Isso, obviamente, requeria mais esforços nas pesquisas e terminava por impedir que se tivesse certeza de que os documentos referentes a um tópico (assunto, pessoa,

⁶ Segundo ARQUIVO NACIONAL (1995), guia é o “instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos”. Pode congrega todos os arquivos ou, intra ou interinstitucionalmente, referenciar apenas conjuntos referentes a um mesmo tema.

⁷ Enquanto catálogos refletem uma totalidade, que pode ser de documentos em um conjunto ou de todos os documentos de um ou mais conjuntos sobre um mesmo tema, os repertórios assumem serem parciais, congregando apenas documentos escolhidos a partir de algum critério previamente definido.

⁸ O arquivista de referência era um profissional, normalmente lotado na sala de consulta da instituição arquivística, que recebia o usuário e, em meio ao grande universo do acervo e de seus instrumentos de pesquisa, o orientava sobre onde e como procurar as informações e documentos que necessitava.

instituição, período ou evento) tivessem sido – todos ou em sua maioria – efetivamente levantados.

AS MUDANÇAS NA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA A PARTIR DA ISAD(G)

Essa situação altera-se a partir de 1994, com o advento da Norma geral internacional para descrição arquivística – ISAD(G) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001). O crescente uso de computadores na sociedade em geral, a assunção do direito à informação como direito fundamental do indivíduo, a necessidade de, mais rapidamente, prover a informação necessária, o crescimento da produção documental e, conseqüentemente, dos acervos recolhidos às instituições arquivísticas foram fatores fundamentais para a criação e adoção da norma.

De fato, a ISAD(G), valeu-se de toda a tradição de descrição da área, incluindo, como elementos de descrição, as categorias de informação presentes nos instrumentos de pesquisa que já eram feitos, considerados obrigatórios, acrescentando outros de uso não tão extensivo, organizando todos em áreas e consagrando algo que é típico da descrição em arquivos, o fato dela poder ser feita em diferentes e inter-relacionados níveis. Embora os efeitos do uso da ISAD(G) sejam potencializados pelo uso de computador, a norma foi idealizada de forma a poder ser usada em sistemas manuais, levando em conta a situação de diversidade e disponibilidade de recursos dos arquivos. A ISAD(G) também estimulou a adoção em âmbito nacional de normas que respondessem mais efetivamente aos interesses e tradições locais, o que no caso do Brasil levou a comunidade profissional a refletir teórica e praticamente sobre o trabalho descritivo e a criar a Norma brasileira de descrição arquivística – NOBRADE (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

A partir da ISAD e do seu uso em ambiente informatizado tornaram-se possíveis ações se não impossíveis, pelo menos extremamente difíceis até então. A primeira delas foi pesquisar em todo o acervo de uma dada entidade custodiadora, o que era impossibilitado pela enorme quantidade de instrumentos de pesquisa a serem manuseados. O fato desses instrumentos serem estruturalmente diferentes também implicava em perda de tempo e esforços para dominar a maneira em que, em cada um, a informação estava estruturada e podia ser obtida.

A adoção da norma ISAD por muitas instituições arquivísticas trouxe outras conseqüências. Além de, do ponto de vista dos próprios profissionais arquivistas, estes passarem a ter uma orientação sobre como organizar a informação que deveriam fornecer, facilitando o trabalho a partir de uma base metodológica refletida e aprovada,⁹ permitiu que os pesquisadores também aprendessem como encontrar, de maneira mais eficiente e rápida, a informação que buscam. De fato, há indícios de que os usuários possuem já um conhecimento da norma (ISAD ou NOBRADE) extremamente grande, o que repercute nos resultados de suas pesquisas - sabem onde buscar a informação pretendida, questionam opções de elementos de descrição para registro dela, comparam práticas descritivas, referenciam de maneira mais normalizada os documentos usados etc. De fato, os usuários em geral, e os historiadores em particular, cada vez mais entendem e criticam fundamentadamente a prática descritiva dos arquivos.

⁹ Para uma análise das vantagens do uso de normas em arquivos, cf. FOX (2007).

A partir do processo de normalização da descrição de documentos, perseguindo a necessidade de estabelecer, de forma mais ampla e definida, o(s) contexto(s) em que foram produzidos, mantidos e usados, o Conselho Internacional de Arquivos criou mais três normas: a Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias – ISAAR (CPF) –, a Norma internacional para descrição de funções – ISDF–, e a Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico – ISDIAH.¹⁰ ISAAR descreve entidades coletivas pessoas ou famílias envolvidas com a produção e uso dos documentos, ISDF as funções ou atividades que deram origem à produção e uso deles e ISDIAH descreve as entidades custodiadoras, disciplinando a confecção de guias e diretórios que permitem aos usuários saber quem guarda o quê, e, portanto acessar o que desejam. O uso combinado dessas normas em sistemas de descrição permite que a informação e os documentos que a contêm possam ser acessados a partir de diferentes perspectivas (a dos documentos, a dos produtores, das funções/atividades e mesmo das entidades custodiadoras) e o cruzamento dessas perspectivas amplia enormemente o universo de possibilidades de se encontrar o que se busca.

A adoção de um padrão comum para a descrição dos documentos e mesmo o uso das demais normas de descrição, aliado à ampliação do uso de computadores e da internet, teve também outra consequência importante para os arquivos e seus usuários: a criação de portais, reunindo descrições de acervos de diferentes instituições. No caso do Brasil, essa vantagem ainda não foi tão explorada como deveria ser, e os exemplos são poucos, como o do Projeto Memórias Reveladas¹¹ e o do *Guía de archivos y fondos documentales vinculados con las graves violaciones a los derechos humanos ocurridas en el marco de las coordinaciones represivas del Cono Sur*.¹² Na Europa, por exemplo, a partir de dois projetos com objetivo de criar e difundir boas práticas para os arquivos, o APENet (Archives Portal Europe network)¹³ e o Archives Portal Europe network of excellence -APEX,¹⁴ foi construído o Portal Europeu de Arquivos,¹⁵ que reúne já 248.430.161 unidades de descrição, bem como 21.243 registros de autoridade de pessoas e entidades coletivas e 6.333 descrições de instituições custodiadoras.¹⁶

Cabe observar que para a criação dos portais não basta a existência das normas, embora elas sejam fundamentais. A participação em bases de dados compartilhadas supõe, principalmente quando se pensa em grandes volumes de dados originados de países diferentes, e portanto, com línguas também diversas, o uso de formatos codificados, os quais possibilitam a importação automatizada dos dados, direcionando-os para os campos corretos e permitindo a manutenção da coerência na sua recuperação. Atualmente, os formatos mais usados em arquivos são o *Encoded Archival Description* (EAD), para descrição de documentos, o *Encoded Archival Context*, para registros de autoridade, e o *Encoded Archival Guide*, para descrições de entidades custodiadoras. Ainda não existe disponível um formato codificado para descrição de funções, mas já há esforços no sentido da criação do que virá

¹⁰ As três foram traduzidas e publicadas no Brasil. Cf.: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, (2004; 2008; 2009).

¹¹ Cf. <http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp>.

¹² <http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/>.

¹³ Cf. <http://www.apenet.eu/>, envolvendo 18 parceiros, entre países e instituições da Comunidade Européia.

¹⁴ Cf. <http://www.archivesportaleurope.net/home>, envolvendo 34 parceiros de países europeus, mesmo que não pertencentes à Comunidade Européia.

¹⁵ <http://www.archivesportaleurope.net/home>

¹⁶ Dados disponíveis no site em 28 dez. 2015.

a ser o *Encoded Archival Function* (EAF). O primeiro a ser elaborado, o EAD, o foi à margem da ISAD, mas a partir da versão de 2000 já a levou em conta e dela se aproximou. Quanto aos demais, suas inspirações foram as respectivas normas do CIA.

Ainda que se disponha de quatro normas internacionais para a descrição arquivística (além de normas nacionais no Brasil e em alguns outros países), é inegável reconhecer que o grau de conhecimento e de aplicação delas pela comunidade arquivística internacional é extremamente desigual. Entre todas, é a ISAD a mais conhecida e usada, o que se explica não só por ter sido a primeira, mas, principalmente, por lidar com aquilo que é mais tradicional na descrição, os documentos. As demais variam entre serem pouco (ou nada) usadas até, em alguns países, serem totalmente desconhecidas.

Entre 2008 e 2012, o Comitê de Boas Práticas e Normas, órgão que então lidava com a normalização da descrição no CIA,¹⁷ partindo do pressuposto de que o uso das quatro normas em um sistema que as integrasse possibilitava uma descrição arquivística mais eficaz, buscou uma solução que favorecesse isso. Em sua avaliação, dois problemas eram de fundamental solução: compatibilizar as normas, principalmente porque sendo a ISAD a primeira, não levou em consideração avanços realizados posteriormente,¹⁸ e demonstrar como poderiam ser relacionadas descrições de documentos, de entidades coletivas/pessoas/famílias, de funções e de instituições arquivísticas. Os estudos nesse sentido foram consolidados em dois documentos: *Progress report for revising and harmonising ICA descriptive Standards* e *Relationship in archival descriptive systems*.¹⁹ Os estudos foram acompanhados de diagramas explicando o modelo de um uso integrado das normas, propostas de relacionamento a partir de alguns elementos de descrição exemplos, e foram apresentados no Congresso Internacional de Arquivos em Brisbane, Austrália, 2012. Tiveram, entretanto, pouca divulgação.

UM MODELO CONCEITUAL PARA A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Durante os trabalhos de análise das normas e propostas para seu inter-relacionamento, foi sendo construído um consenso em torno da necessidade de elaboração de um modelo conceitual para a descrição arquivística. Atingir tal objetivo foi visto como uma maneira de não só harmonizar de maneira mais completa os instrumentos normativos do CIA, mas também, ao analisar-lhes os componentes básicos, permitir variadas perspectivas, passíveis de serem expressas em diferentes sistemas de descrição. Além disso, o fato de bibliotecários e museólogos possuírem modelos conceituais próprios, estimulava a criação de um específico para os arquivistas, o que facilitaria o intercâmbio de dados entre as três comunidades profissionais. Foi assim criado o Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística, liderado por Daniel Pitti e composto por mais doze membros plenos e nove correspondentes, alguns dos quais membros dos comitês autores das normas.

¹⁷ Em ordem cronológica, até os dias atuais, o CIA encarregou a temática à Comissão ad hoc de Normas de Descrição, ao Comitê de Normas de Descrição, à Seção Provisória de Normas Profissionais, ao Comitê de Boas Práticas e Normas e hoje ao Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística.

¹⁸ Esses avanços traduziam-se basicamente na previsão de muitos mais elementos de descrição nas áreas de controle das descrições nas demais normas.

¹⁹ Os dois documentos encontram-se disponíveis no site do Conselho Internacional de Arquivos: <http://www.ica.org/>.

O modelo conceitual proposto,²⁰ denominado *Records in Context* (RiC)²¹, analisa os componentes principais da descrição arquivística e decompõe suas propriedades e suas relações. O texto final, que deve ser apresentado no Congresso Internacional de Arquivos de 2016, em Seul, incorporará diagramas e exemplos, ainda que o grupo planeje prosseguir o trabalho com a elaboração de uma ontologia.

Há entre alguns dos profissionais um expectativa sobre a repercussão do modelo conceitual sobre as normas do CIA hoje existentes. A primeira coisa a observar que o modelo não as extingue, nem pretende alterá-las de forma que suas novas versões sejam completamente distintas e irreconhecíveis. As mudanças pretendem, ao contrário, favorecer a relação entre elas e permitir que novas discussões e avanços na Arquivologia sejam incorporados, bem como uma relação mais próxima com a Biblioteconomia e a Museologia, favorecendo o diálogo entre essas áreas e facilitando o acesso integrado ao patrimônio documental comum.

Seria ingênuo pensar que com a existência e difusão das normas²² todos os problemas relativos de acesso por instrumentos de pesquisa estejam resolvidos. Na verdade, há uma enorme (e não controlada) quantidade de conjuntos documentais sem nenhum tratamento nos arquivos brasileiros, há uma enorme quantidade de documentos nos órgãos para os quais não há previsão de recolhimento e mesmo questões básicas de tratamento e recuperação da informação como a indexação continuam não sendo realizadas na proporção necessária. Mesmo assim, é lícito afirmar que, num curto espaço de tempo, muito se avançou.

Raciocínio idêntico pode ser realizado com relação ao modelo conceitual que dentro em breve disporemos – ainda que seja um efetivo avanço no nosso trabalho, ele não só demandará outros avanços como ainda será limitado por um grande número de problemas anteriores sem solução, que nos exigirão respostas. De fato, contrariamente a nossos desejos, o avanço não é linear, mas o que importa é que seja constante.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1995.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <www.arquivonacional.gov.br>.

_____. *ISAAR(CPF)*: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br

_____. *ISDF*: norma internacional para descrição de funções. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br

_____. *ISDLAH*: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: <www.arquivonacional.gov.br>.

²⁰ Logo no início do trabalho, o grupo apresentou sua proposta em um artigo publicado em revistas de diferentes países. Ver GUEGUEN et al., 2013.

²¹ Em português, Documentos em Contexto.

²² Como já afirmado, tanto a norma nacional brasileira – NOBRADE – quanto as internacionais têm diferentes graus de adoção. De maneira geral, pode-se afirmar que, no Brasil, a NOBRADE e a ISAD(G), as duas mais ligadas à descrição tradicional nos arquivos, aquela dos documentos, são muito mais conhecidas e usadas que a demais – ISAAR(CPF), ISDF e ISDLAH.

_____. *Progress report for revising and harmonising ICA descriptive Standards*. Disponível em: <http://www.ica.org/13155/standards/cbps-progress-report-for-revising-and-harmonising-ica-descriptive-standards.html>. Acesso em: 28 dez. 2015.

_____. *Relationship in archival descriptive systems*. Disponível em: <http://www.ica.org/13149/standards/cbps-relationship-in-archival-descriptive-systems.html>. Acesso em: 28 dez. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Nobrade*: norma brasileira de descrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006

COOK, Michael. Desenvolvimentos na Descrição Arquivística: Algumas sugestões para o futuro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n° 1-2, p. 125-132, jan/dez 2007 - pág.125- 132

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, jan./dez. 2007.

GUEGUEN, Gretchen; FONSECA, Vitor Manoel Marques da; PITTI, Daniel V.; GRIMOÜARD, Claire Sibille de. Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 100-116, jul./dez. 2013.

SILVA, Armando M. da ET; AL. *Arquivística*: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

YEO, Geoffrey. Archival Description in the Era of Digital Abundance. *Comma* 2013.2, pp.15-25